

DF-economia

Governo eleito entrará na guerra por novos investimentos para o DF

Rogério dy la Fuente
de Brasília

Utilizar incentivos para atrair novos investimentos para o Distrito Federal é uma das práticas que o novo governo pretende utilizar para viabilizar a autonomia financeira da unidade da federação em relação à União. O coordenador do governo de transição, deputado distrital pelo PMDB e senador eleito Luiz Estevão, declarou ontem a este jornal que, além disso, as apostas do novo governo para que o DF alcance a autonomia são projetos de desenvolvimento urbano/econômico - como a venda de lotes onde hoje passa o linhão de Furnas, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Setor Noroeste - a recuperação do poder de compra dos servidores públicos com aquecimento da economia local, e a retomada da possibilidade de contrair empréstimos internacionais.

Estevão prefere não utilizar a expressão "guerra fiscal", que considera equivocada. "A ativação da atividade econômica depende muito do GDF. Há várias maneiras de gerar receita, com alguns incentivos e a disponibilização de áreas. O Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), ali na área da Estrutural, por exemplo, tem uma perspectiva de geração de receita de quase R\$ 500 milhões", avalia. Segundo o coordenador, para solucionar o problema da invasão da Estrutural, onde está localizada a área do SCIA, há duas opções. "Isto ainda não está definido. Podemos ou criar uma vila operária ou transferir as 1,8 mil famílias que lá estão para outra área."

A criação da Vila Operária na estimativa de Luiz Estevão, ocuparia 2% da área total do SCIA, aproximadamente 15 hectares (ha). "No momento oportuno a decisão de fazer isto ou não será tomada", assegurou. A ocupação do Setor Noroeste serviria ao aquecimento da indústria de construção civil, e para aumentar a oferta de imóveis residenciais para a classe média de Brasília.

Dois setores urbanos que estiveram durante anos impedidos de se tornar realidade têm grande possibilidade de ser constituídos até o final do ano no Distrito Federal. O Setor Noroeste, equivalente ao Sudoeste, mas na Asa Norte, foi hipotecado, em 1992, ao BNDES como garantia de pagamento à parte do empréstimo para construção do Metrô do Distrito Federal.

Atualmente a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), vinha negociando com o banco credor mecanismos de explorar o Noroeste sem com-

prometer a hipoteca. "Não há segredo nem dificuldade em uma negociação como estas. É necessário acertar uma proposta de troca", prevê Estevão. No caso do Setor Noroeste a hipoteca tem o valor de R\$ 100 milhões. A Terracap propôs ao BNDES a troca da hipoteca sobre a gleba, pela hipoteca sobre lotes parcelados. Integrante do projeto Brasília Revisitada, empreendido pelo urbanista Lúcio Costa em 1985, o setor é a última área ofertada para ocupação dentro da zona do DF inscrita pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade. O estudo urbanístico do setor, projetado para ser um bairro residencial com 45 mil habitantes, já foi encaminhado ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF (Iema) para que seja obtido o licenciamento ambiental.

Na próxima semana deve ser votada na Câmara Legislativa do DF uma das propostas de autoria do distrital Luiz Estevão que permitirá, segundo cálculos dele, a arrecadação de aproximadamente R\$ 1 bilhão aos cofres do GDF. É um projeto que permite a remoção da linha de transmissão de energia de Furnas, o chamado linhão, que passa por Santa Maria, Gama, Samambaia, Taguatinga Sul, Águas Claras e divide o Guará ao Meio, para a faixa de domínio da BR-060 (Brasília-Goiânia) e para a da Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB).

"Nossa previsão é que, com um investimento variando entre R\$ 12 milhões e R\$ 20 milhões, seja possível arrecadar algo em torno de R\$ 1 bilhão com a venda dos terrenos comerciais e residenciais da faixa por onde o linhão passa atualmente", revelou o coordenador do governo de transição. Ele salientou que além de vitalizar o centro das cidades, como é o caso do Guará, será possível dotar Samambaia de praças desportivas e equipamentos públicos hoje inexistentes.

O aquecimento da economia a partir de um reajuste a ser concedido ao funcionalismo público é outra parte do novo projeto de desenvolvimento. (Cont. Pág. 8)

Governo eleito entrará na guerra por novos investimentos para o DF

Rogério dy la Fuente
de Brasília

(Continuação da Primeira Página)

“A minha principal luta como senador, que é a de obter mais recursos para Brasília do Governo Federal, foi iniciada três meses antes do mandato começar”, disse. “Estamos batalhando os recursos para o pagamento do reajuste de 28,86% ao funcionalismo do DF e já podemos anunciar o início de uma grande vitória: o orçamento encaminhado ontem (segunda-feira) pela União ao Congresso para o exercício de 1999 já contempla o pagamento dos 28,86% aos servidores da Polícia Civil”, comemorou. O coordenador do governo de transição acredita que esta provisão orçamentária já é o reconhecimento que o servidor civil do Distrito Federal tem direito aos 28,86% de reajuste na forma estipulada pelo Supremo Tribunal Federal.

Contando com que 60% do consumo no Distrito Federal são associados o GDF crê que o reajuste terá impacto imediato na economia local. Segundo o deputado, a pauta salarial do funcionalismo público no DF mensalmente é de R\$ 260 milhões. “Aproximadamente R\$ 130 milhões, metade disto, retornam

em forma de arrecadação de ICMS e ISS todos os meses. A concessão do reajuste é, além de uma exigência judicial e direito dos trabalhadores, um excelente negócio para a economia local”, completou.

Privatizações

Nos planos do governo que assume em 1º de janeiro está ainda o saneamento das contas públicas. “Vamos trabalhar para, no mais breve tempo possível, resgatarmos o poder de endividamento do Governo do Distrito Federal junto a instituições internacionais”, adianta.

Perguntado sobre a intenção de privatizar empresas públicas do DF como a CEB e Caesb, o coordenador de transição informou que trata-se de uma decisão que compete ao governador Joaquim Roriz, mas que nunca foi o carro-chefe do planejamento do governo. “Na verdade, há um processo de privatização já iniciado e sinalizado pelo atual governo”, declarou Estevão. “A proposta orçamentária do governo Cristovam para 1999 prevê R\$ 487 milhões a serem arrecadados com a alienação de bens. Isto nada mais é que a venda de ações das estatais”, avalia.